

# Gestão democrática escolar globalizada/legalizada – um estudo entre Brasil e Portugal

Rosilania Macedo Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal . Inspetora educacional no sistema de ensino de Alagoas, Brasil. E-mail: rosilaniamacedo@ua.pt

**RESUMO:** O artigo é resultado dos estudos realizados no âmbito do mestrado em Ciências da Educação em Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro/Portugal. Objetivou-se em analisar textos legais vigentes homologados no Brasil e em Portugal, que tratem da gestão escolar. A partir das dimensões princípios, organização, composição e objetivos, embasados pela abordagem qualitativa, realizou-se análise documental nas legislações dos dois países. Os resultados se aproximam do entendimento de que os países apresentam normativos com textos semelhantes desencadeando em realidade mais homogênea que heterogênea na gestão escolar democrática.

**Palavras-chave:** Gestão escolar democrática; Legislação; Brasil; Portugal; Globalização.

## Democratic school management globalized / legal - a study between Brazil and Portugal

**ABSTRACT:** The article is the result of research conducted within and Masters of Science in Education in Educational Administration and Policy, University of Aveiro / Portugal. We aimed to analyze existing legal texts approved in Brazil and Portugal, dealing with the school management. From the dimensions principles, organization, composition and objectives, based the qualitative approach, document analysis was carried out in the laws of both countries. The results approach the understanding that countries have regulations with similar texts in more homogeneous triggering heterogeneous reality that in democratic school management.

**Keywords:** Democratic school management; Legislation; Brazil; Portugal; globalization.

## 1 INTRODUÇÃO

No entendimento de [Friedman \(2005\)](#) os territórios estreitou-se tanto que chegou a ser plano, tornando-se um único mundo. É a globalização o nome dado a este estreitamento, que se configura em um surpreendente e constante enfraquecimento dos

constrangimentos dos espaços e do tempo nas interconexões planetárias ([AZEVEDO, 2007](#)). Neste sentido, o estreitamento dá-se pela relação de um homem com outro, principalmente, por vias tecnológicas que permite o movimento e respectivo disseminar social, cultural e político de forma física e não física. De forma física, por exemplo,

através da imigração, dos eventos internacionais, das viagens de turismo e de estudos, dentre outros. A forma não física é realizada mais fortemente pelos meios tecnológicos que alcançam toda a parte do mundo de uma forma ou de outra, tornando o capital humano o centro da globalização em dias contemporâneos por ser ele, também, agente importante na disseminação dos valores hegemônicos nas dimensões social, cultural e político. Nesta dinâmica global incidem uma tendência a um certo processo homogêneo que [Barroso \(2003a\)](#) compreende como contaminação tendenciosa a adentrar em todos os países.

Autores ([AZEVEDO, 2007](#); [BARROSO, 2003a, 2009](#); [KRAWCZYK, 1999, 2008](#); [MARINIS, 2008](#)) apontam que na década de 1980 a globalização se fez mais presente, sendo melhor percebida as suas influências sobre os Estados e as suas instituições públicas. Note-se que o processo homogeneizante incide diretamente nos Estados ocasionando consequências para as instituições públicas, em particular as de ensino, sobretudo, às escolas públicas, em especial de forma legalizada.

Neste sentido, o Estado enquanto “instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade” ([BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 3](#)) com o dever de garantir objetivos políticos fundamentais como a educação, é alvo certo para a implantação das regulações internacionais. É compreendido que na dinâmica da globalização os Estados, principalmente, semiperiféricos e periféricos perdem a soberania para os Estados hegemônicos (ricos e desenvolvidos) e os organismos internacionais (instituições em geral financeiras) que entre outros, destacam-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Banco

Mundial (BM) ([AZEVEDO, 2007](#); [KRAWCZYK, 2005](#); [MARINIS, 2008](#); [TEODORO, 2003](#)). Estes, além das publicações de seus relatórios e revistas, investem em grandes eventos internacionais como políticas de disseminação de seus estudos comparados, influenciando ou impondo os seus objetivos quando da elaboração da legislação dos Estados ([TEODORO, 2003](#); [MONLEVADE; SILVA, 2000](#)). Assim, Azevedo afirma que nestas últimas décadas a globalização vem, “desempenhando papel preponderante na adoção lenta, mas contínua, nação por nação, por imposição ou por cópia” ([AZEVEDO, 2007, p. 32](#)) Pode-se complementar com [Azevedo \(2007, p. 36\)](#) ao afirmar que “para lá da simples evidência, vários estudos de âmbito internacional têm concluído que existe uma efetiva tendência entre nações e os sistemas educativos nacionais para convergir para estruturas e práticas comuns”, ao exemplo da gestão democrática nas escolas.

Brasil e Portugal tiveram o processo da adesão à gestão escolar democrática de maneira bem semelhante. Ambos a viveram efetivamente após romper com o Estado opressor. Assim, a gestão democrática no Brasil é “fenômeno que se inicia no começo da década de 80, no contexto da redemocratização política do país” ([PARO, 1999, p. 377](#)), ao sair do regime autoritário militar. No caso de Portugal, segundo [Formosinho \(2003, p. 26\)](#), a gestão democrática “relaciona-se com uma conquista irreversível da sociedade democrática em relação ao regime autoritário”. [Lima \(2009\)](#) compreende ser a gestão democrática em Portugal sinônimo da revolução de 1974, data da derrubada do governo fascista.

A gestão democrática escolar nos dois países tendeu igualmente promover a parti-

cipação da sociedade civil na governação da escola ([FORMOSINHO, 2003](#)), sendo ocasionado, como diz [Barroso \(2003b, p. 07\)](#), por “efeito de movimentos políticos e sociais diversos”, aparentemente.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa fundamentou-se no paradigma qualitativo e, logicamente, na abordagem qualitativa por serem os dados recolhidos “em formas de palavras” ([BOGDAN; BIKLEN, 1991, p. 48](#)) e se assentar numa visão da realidade (ou problema) sobre o objeto de estudo, no caso, análises das legislações brasileira e portuguesa, sem as “isolar do contexto natural (histórico, socioeconómico e cultural)” onde procurou-se “atingir a sua ‘compreensão’” ([AMADO, 2009, p. 70](#)). Deste modo, como ocorre em pesquisas qualitativas, inferiu-se carga de valores e interpretações ([COOK; REICHARDT, 2000](#); [FOSTER, 1996](#)). Como a ação de analisar documentos escritos denota valor e princípios, não se eliminou totalmente a carga de subjetividade, característica eminentemente da abordagem qualitativa ([AMADO, 2009](#)) ela se fez presente. No entanto, como aconselham [Foster \(1996\)](#) e [Amado \(2009\)](#) houve esforço no sentido de buscar a fidelidade aos dados.

O início fez-se por meio de pesquisa bibliográfica em que se buscou compreender um arcabouço de obras sobre o assunto, propiciando a revisão do “tema sob diferentes enfoques e conclusões” ([VASQUES, 2008, p. 08](#)). Então, a revisão de literatura, “corpo de conhecimento já produzido” ([CARDOSO; ALARCÃO; CELORICO, 2010, p. 15](#)), deu-nos sustentação para o desenvolvimento deste trabalho por nos permitir conhecer as contribuições científicas sobre

o tema “constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e de material disponibilizado na Internet” ([SILVA; MENEZES, 2001, p. 21](#)).

Após esta etapa, realizou-se a coleta de dados na perspectiva de uma pesquisa documental onde caracterizou-se na recolha das legislações do Brasil e de Portugal. Os dados compilados escritos são contemporâneos ([VASQUES, 2008](#)) e em vigor. Eles foram pesquisados até meados de abril de 2012, quando encerrou-se a coleta em cumprimento ao calendário da pesquisa. Assim, o corpus de dados consta de uma coletânea de legislação do âmbito nacional dos dois países e que se constituem em constituições, leis, decretos-leis, decretos-regulamentadores, portarias, pareceres, despachos, planos e cadernos de formação/orientadores. Então, sabe-se que legislações são focos de pesquisa documental e que constantemente são analisadas para intenções diversas. Por isso, neste caso, foram reexaminadas “com vistas a uma interpretação nova ou complementar” ([NEVES, 1996, p. 3](#)).

Importante se faz destacar que a [Constituição Federal Brasileira \(CF\)](#), [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 \(LDBEN\)](#), [Plano Nacional de Educação \(2011-2020\) \(PNE\)](#), [Constituição da República Portuguesa \(CR\)](#), [Lei de Bases do Sistema de Ensino nº 49/86 \(LBSE\)](#) e o [Decreto-Lei \(DL\) 75/2008](#), são os normativos utilizados neste trabalho.

Criaram-se quatro categorias a serem analisadas e “para serem aplicadas ao material” ([FLICK, 2005, p. 193](#)) investigado. As categorias neste estudo foram definidas como princípios, organização, composição e objetivos da gestão democrática escolar implantados nas escolas públicas de ensino

básico nos países em questão.

Mesmo se tratando de um estudo em que são envolvidos dois países sob objetivos iguais a serem investigados, não objetivamos unicamente comparar. Isto porque, no desenvolver do trabalho houve identificações de “continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças”, atitudes em uma pesquisa que são características do método comparativo, como afirmam [Schneider e Schmitt \(1998, p. 49\)](#). Deste modo, foi impossível o estudo não incidir em “verificar similaridades (refletir) possíveis divergências entre os resultados obtidos” ([VASQUES, 2008, p. 10](#)). Enfim, o estudo como o todo incidiu em reflexões e constatações que exporemos a seguir.

### 3 RESUMO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de agora apresentaremos parte dos resultados da pesquisa realizada na legislação dos dois países. Como já mencionado, a pesquisa incidiu na análise nas legislações de Brasil e Portugal, onde estabeleceu-se análises/comparações entre elas, considerando as categorias princípios, organização, composição e objetivos quanto a gestão democrática escolar. Neste artigo em específico, nos reportaremos à categoria dos princípios da Gestão democrática e para tal, nos deteremos na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96 e no projeto de lei do Plano Nacional de Educacional/2011/2020 (PNE), no caso brasileiro. Já no caso português, nos deteremos na Constituição da República (CR) e na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).

#### 3.1 O princípio da gestão nas escolas brasileiras e portuguesas

A palavra princípio relaciona-se com “começo, origem, regra de conduta, maneira de ver” ([AURÉLIO, 2011](#)). Ela é equívoca e polissêmica, contudo, “formam temas de uma teoria geral do Direito Constitucional, por envolver conceitos gerais, relações, objetos, que podem ter seu estudo destacado da dogmática jurídico-constitucional”, ([SILVA, 1994, p. 17-19](#)). Desta maneira, é agregado aos princípios, valores interpretativos. Assim, compreendemos princípios constitucionais como valores básicos do Estado democrático a serem adotados tanto pelos governos como pela população, e norteadores das legislações posteriores. Por terem valores agregados, muitas vezes os princípios ficam a mercê de interpretações. Neste sentido, compreendemos por princípio a filosofia de valores agregada aos atos normativos. Eles aqui são divididos em princípios geral e organizativos. É patente que a gestão escolar nos dois países tem a democracia como princípio geral ([Quadro 1](#)). Ele traduz-se em valor legal fundamental a ser vivenciado por todos os cidadãos da nação. Já os princípios organizativos da gestão democrática escolar são a descentralização, participação e autonomia.

**Quadro 1:** O princípio geral da gestão escolar

Brasil	Portugal
Texto legal	
CF	CR
CAPÍTULO III, Da educação, da cultura e do desporto da educação Art. 206. O ensino será ministrado com	Artigo 77.º, Participação democrática no ensino. 1. Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

base nos seguintes princípios: VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;	2. A lei regula as formas de participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico na definição da política de ensino.
<b>LDBEN</b>	<b>LBSE</b>
TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;	Capítulo I - Âmbito e princípios - Artigo 3º Princípios organizativos g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
<b>PNE - 2011/2020</b>	
Art. 2º São diretrizes do plano nacional de educação: X Difusão dos princípios... da gestão democrática na educação Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.	l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Fonte: Autora

Como podemos ver no quadro 1, no caso brasileiro a “Gestão democrática do ensino público, na forma da lei” preceituado pela CF (art. 206, VI) contrasta com “gestão democrática da educação” apresentada como

diretriz do PNE (art. 2º, X). Isto nos faz interpretar que dependendo do entendimento dos sistemas de ensino, a gestão democrática poderá alargar-se às escolas da rede privada. Enfim, nos dois maiores normativos brasileiros a gestão democrática é um princípio não clarificado quanto, como ou quem devem participar. No caso Português a CR (77º, 1 e 2) não usa a expressão “ensino público”, mas identifica os atores.

Observa-se ainda outros pontos:

- Nos dois países “curiosamente” o princípio democrático é tratado nas Leis de Bases no mesmo artigo 3º;
- A gestão democrática escolar nos textos da LBSE se apresenta em Portugal como um valor agregado principalmente à participação, logo, princípio implícito, enquanto, no Brasil é explícito, contudo, sem clarificar de como seria a democracia escolar;
- Em nossa contagem, o PNE que pretende “enfraquecer o assunto gestão democrática, pois refere-se pouco à ela.

Enfim, com o intuito de contribuir para desenvolvimento do “espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos” (LBSE, art 3º) a gestão escolar no Brasil como em Portugal assume valor democrático passando a ser uma das discussões primeiras e fundamentais da/na escola.

### 3.2 Princípios organizativos da gestão democrática nas escolas

Tendo como ponto de partida o princípio geral democrático, as leis não só definem a organização das escolas, mas também, preceituam os princípios organizativos de funcionamento. A identificação dos princípios da gestão democrática não é tarefa difícil



de realizar. Como já visto, autonomia, participação e descentralização compõem-na. Em nossa interpretação o princípio organizativo da participação está mais em evidência nos textos nas Constituições e nas Leis de bases dos países, sendo acompanhada pela autonomia e descentralização ([Quadro 2](#)). No entanto, os normativos oriundos deles trazem a autonomia como princípio de destaque.

**Quadro 2: Princípios organizativos da gestão democrática nas escolas**

Brasil	Portugal
Texto legal	
LDBEN	LBSE
Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.	Capítulo VI - Administração do sistema educativo - Artigo 46º - Princípios gerais  1 - A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica. 2 - O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.
<b>PNE/2011-2020</b>	3 - Para os efeitos do número anterior, serão adoptadas
Meta 7, Estratégias:	

7.8) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planeamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva. 7.20) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, Cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.  Artigo 48º - Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino 2 - Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino. 4 - A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino. 5 - A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.
--	---

Fonte: Autora

O Decreto Lei nº 75/2008 coloca a autonomia no mesmo patamar da gestão e da administração, portanto, atualmente a au-

tonomia em Portugal é declaradamente o princípio organizativo mais ressaltado legalmente. Para o [MEC \(2004, p. 42\)](#), a autonomia é a “essência da gestão democrática”, acabando por ser o princípio fundamental da organização das escolas atualmente.

A autonomia acaba por ser o princípio fundamental da organização das escolas, ultrapassando a participação. Às escolas é dada a autonomia de se organizarem tendo como recurso os normativos regulamentadores.

Nota-se claramente muitas semelhanças entre a legislação brasileira e portuguesa quanto à categoria Princípios da gestão democrática. Assim, clarifica que há incidência de influências da globalização nos sistemas de ensino dos dois países, como um grande projeto global para um modelo universal de gestão escolares.

Os organismos internacionais não medem esforços para influenciarem os Estados e consequentemente, a legislação. Lembremos que não mediam esforços para estarem presentes em eventos, inclusive financiando-os para que os seus ditos passassem disfarçados como querer do povo. Percebamos a grande possibilidade disto ter ocorrido na realidade brasileira. Notemos a configuração da gestão democrática baseada nos três princípios. O Brasil teria realizado importação de um modelo de gestão democrática regulado a nível universal? Estaria a educação brasileira sob o comando internacional? Para [Monlevade e Silva \(2000\)](#), sim. Estes autores, no livro Quem manda na educação do Brasil? trazem uma discussão relevante sobre as influências do Banco Mundial na educação brasileira. Segundo eles, a Lei 9394/96 é uma reprodução das recomendações do relatório desta

Instituição publicada nos anos 1990. Assim, nas palavras do [Banco Mundial \(2010\)](#):

In general, the federal government after 1995 began to assume a stronger and more effective role in several areas that are key for management of a large and decentralized education system. In basic education, these include the normative functions of setting a basic legal framework for the sector (Lei de Diretrizes e Bases) ... and financial assistance to low-performing municipal education systems through the 2008 PAR initiative (Plano de Ações Articuladas) (22).

Notemos neste trecho a apreciação satisfatória do Banco às medidas tomadas pelo Brasil naquela década quanto a criação da LDBEN e o mais recente PAR. [Krawczyk \(2002\)](#) é outra autora em que confirma essa influência nos seus estudos, portanto, a “liberdade – financeira e administrativa – cada vez maior das escolas é a variável central utilizada nos estudos do BM” (p. 49).

Já não podemos fugir à realidade de que há uma certa intencionalidade universal a uma formatação de gestão escolar, descentralizada, autônoma e participada, com a qual busca-se delegar aos partícipes responsabilidades pelo sucesso individual da célula escola.

Neste contexto, [Krawczyk \(2002, p. 53\)](#) ressalta que a “sustentabilidade financeira continua sendo um dos temas que mais ocupam a atenção dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial e da CEPAL”. Para esta autora os analistas dessas instituições priorizam a definição de critérios do orçamento público para fortalecer a gestão compartilhada nas escolas públicas e deste modo, dar-lhes “condições” de autossustento, e ainda, nesse quadro, a

“primazia da qualidade do ensino passou a integrar a agenda dos políticos como meio para alcançar a competitividade da produção nacional no mercado mundial” ([KRAWCZYK, 1999, p. 116](#)).

Neste rápido panorama histórico e político da implantação da gestão nas escolas públicas brasileiras percebe-se quão desvirtuoso encontra-se o processo idealizado ou quão esse processo já iniciara sob influência externa. Muitos que levantaram a bandeira da gestão democrática não se aperceberam que poderiam estar a engatilhar um tiro à educação pública, ou a formatar a modelo universal, com propósitos obscuras quanto a sua oferta gratuita.

A partir da elaboração dos decretos-leis em 1976 é alargado o discurso da gestão democrática nas escolas portuguesas. A sua institucionalização causou um redimensionamento na organização, pois ao discurso da democracia adicionou-se, assim como no Brasil, à qualidade de ensino.

A qualidade relacionada à gestão liga-se também à universalização do ensino. O governo, utilizou-se da gestão democrática como, “partilha excelente para que fossem as escolas a aguentar com o primeiro impacto ... ao crescimento constante do sistema” ([FORMOSINHO, 2003, p. 26](#)). O olhar e a ação distanciam-se do revolucionário, mas, aproxima-se ao serviço de algo maior e global ([LIMA, 2007](#); [TEODORO, 2003](#)).

Neste sentido, [Teodoro \(2003, p. 70\)](#) afirma que a legislação portuguesa desde a década de 1960 já sofria influência de organismos externos. No entanto, referente diretamente a gestão escolar nos moldes discutido neste texto, só vem ser declarado na década de 1970, através das imposições constantes nos documentos da UNESCO:

i) Democratização real da escola, graças à medida compensativa tomada em proveito de camadas desfavorecidas da população (...) a intervenção de todos na elaboração da política educativa.

ii) Procura de maior eficácia, graças a um esforço de racionalidade da actividade, a uma melhor organização administrativa e financeira e a descentralização efectiva (UNESCO, 1975, p.15, apud [TEODORO, 2003, p. 70](#)).

Seguindo a trajetória da influência dos organismos internacionais na legislação educacional portuguesa, após ter passado pelo país também o Banco Mundial, [Teodoro \(2003, p. 77\)](#) nos diz que Portugal volta ao domínio da OCDE, “nos anos 80 agora como objecto de estudos preparatórios para a elaboração da própria Lei de Bases”.

O interesse da aplicação da gestão democrática é reforçado através dos Decretos-Lei, que se apresentam com o intuito do controle da possibilidade maior da aplicabilidade do modelo governativo escolar ([LIMA, 2007, 2009](#)). Este autor (idem) afirma ainda que o discurso se distancia do libertativo, participação e outros para se consolidar em racionalização, eficácia, concorrência e outros da esfera econômica empresarial.

É possível dizer que a gestão democrática, tanto no Brasil como em Portugal, passou de uma reivindicação da sociedade para ser um ato legal institucionalizado pelo Estado que buscava na década de 1970/90 a apropriação com mais intensidade do processo de reconversão e participação dos diferentes países em uma economia que iniciava a tendência do processo de globalização.

Assim, se antes a democracia nas escolas era um querer social, nos anos de redemo-



cratização, pós-revolução passou a ser um querer também estatal. Isto nos faz concordar com [Lima \(2009\)](#) quando considera esse processo um paradoxo de um governo autoritário discursando sobre gestão democrática.

Neste panorama do processo de globalização de gestão escolar definida nas legislações dos países e elogiada pelos organismos internacionais, acompanha a tendência homogênea mundial explicitada nos três aspectos: “descentralização administrativa, participação da sociedade civil e autonomia crescente dos sistemas e das escolas públicas” ([KRAWCZYK, 1999, p. 117](#)). Assim, no sentido de clarificar esse entendimento, buscamos [Azevedo \(2007, p. 26-27\)](#):

Saltam à vista de qualquer observador atento às problemáticas da educação escolar não só as diferenças mas também as semelhanças entre os sistemas educativos dos diferentes países da Europa e de todo o mundo... Para lá da simples evidência, vários estudos de âmbito internacional têm concluído que existe uma efectiva tendência entre nações e os sistemas educativos nacionais para convergir para estruturas e práticas comuns. Nos dois últimos séculos, desenvolveu-se um modelo de escola moderna de relevância mundial, um subsistema adoptado por qualquer país em processo de modernização, um modelo transnacional e universalmente aplicável.

Percebamos um (des)caminhos que a escola está tomando rumo a um formato unificado por um querer Estatal e universal, talvez distante de um querer real e reinvidicatório da sociedade.

## 4 CONCLUSÃO

Concluimos este artigo pontuando alguns aspectos:

- A homogeneidade entre Brasil e Portugal supera as heterogeneidades;
- O princípio organizativo da autonomia superou o da participação nos dois países;
- O Brasil aparenta importar modelos de gestão escolar de países europeus;
- A gestão escolar democrática homogeneizada nos dois países têm valores implícitos a favor da autossustentabilidade escolar

Se a educação deixou de ser domínio doméstico (país) para ser um domínio global, ela pode fazer um caminho inverso: sair do domínio global para retornar ao local. Independente de intenções e influências maiores e externas, necessário se faz utilizar-se do processo global, com consciência, em busca da educação de qualidade, equidade e igualdade para todos, pois é isso que de fato busca-se. No entanto, não sob o ponto de vista técnico-administrativos-financeiro, mas particularmente, sob o ponto de vista pedagógico, o objetivo primeiro da escola.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. **Introdução à investigação qualitativa em Educação** (provas de agregações na Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra: Coimbra, 2009, 53-96.
- AURÉLIO. **Dicionário da língua portuguesa**. S.I., 2011.
- AZEVEDO, J. **Sistema educativo** – Ensaio sobre a regulação transnacional de educação. Vila Nova de Gaia: FML, 2007.

BANCO MUNDIAL. **Achieving world class education in Brazil: the next agenda**. Estados Unidos: Banco Mundial, 2010. Disponível em: <www.worldcat.org>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BARROSO, J. Organização e regulação dos ensinos Básico e Secundário em Portugal: sentidos de uma evolução. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 63-92, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Instituto de inovação Educacional: Lisboa, 2003b.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. Instituições, bom Estado e reforma de gestão pública. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Orgs). **Economia do Setor Público no Brasil**. São Paulo: Campus Elsevier, 2004.

CARDOSO, T.; ALARCÃO, I.; CELORICO, J. A. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora, 2010.

COOK, T. D.; REICHARDT, C. S. **Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa** (G. Solana, Trans.). Madrid: Morata, 2000.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica** (A. Parreira, Trans.). Lisboa: Monitor, 2005.

FORMOSINHO, J. A governação escolar em Portugal – da “gestão democrática” à governação participada. In: VILELA A. P. (Org.). **Administração e gestão das escolas em diferentes olhares sobre a mesma problemática**. Centro Formação de associação de escolas – Braga: Cadernos escola e formação, 2003. p. 23-35.

FOSTER, P. **The purposes of observational research**. London: Paul Chapman, 1996.

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano: Uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: um campo minado... análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 67, p. 112-149, 1999.

\_\_\_\_\_. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 43-62, 2002.

\_\_\_\_\_. Políticas de regulação e mercantilização da educação: Socialização para uma nova cidadania? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 799-819, 2005.

LIMA, L. Administração da Educação e Autonomia das Escolas. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **A Educação em Portugal (1986-2006)**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. **Democratização do Governo das escolas públicas em Portugal**. Porto: Separatas, 2009.

MARINIS, P. Comunidade, globalização e educação: um ensaio sobre a desconversação do social. **Proposições**, v. 19, n. 3, p. 19-45, 2008.

MONLEVADE, J.; SILVA, M. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idea Editora, 2000.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, n. 1, p. 1-5, 1996.

PARO, V. Eleições para diretores de escolas públicas: avanços e limites na prática. **Revista Bras. Est. Pedag.** Brasília, v. 77, n. 186, p. 376-395, 1999.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de sociologia**, n. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, J. Os princípios constitucionais fundamentais. **Revista do Tribunal Regional**, n. 6, p. 17-22, 1994.

SILVA, E.; MENEZES, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Vol. 3. Florianópolis: Laboratório de Ensino da Distância da UFSC, 2001.

TEODORO, A. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. Coleção prospectiva. v. 9. Brasil: Editora Cortez, 2003.

VASQUES, M. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Uninove, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 09 de março de 2015.

**Avaliado** em 08 de outubro de 2015.

**Aceito** em 09 de outubro de 2015.

**Publicado** em 16 de novembro de 2015.

### Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Rosilania Macedo. Gestão democrática escolar globalizada/legalizada – um estudo entre Brasil e Portugal. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 5, n. 1, p. 115-125, jan./jun. 2015.

### Documentos e Sites

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília - Brasil.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. MEC. Brasília – Brasil, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2011/2020)**. Projeto de lei nº 8035/2011. Brasília – Brasil, 2011.

BRASIL. **Conselhos escolares**: uma estratégia de gestão democrática de educação pública. Brasília: MEC, 2004.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Lisboa – Portugal, 1976.

PORTUGAL. **Lei de Bases da Educação Nacional nº 46**. Lisboa - Portugal, 1986.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 75/008**. Lisboa – Portugal, 2008.

PORTUGAL. **Educação e democracia**. Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1976.

